

Edição em
língua portuguesa

Comunicações e Informações

<u>Número de informação</u>	<u>Índice</u>	<u>Página</u>
	I <i>Comunicações</i>	
	Comissão	
2003/C 293/01	Taxa de juro aplicada pelo Banco Central Europeu às suas principais operações de refinanciamento a partir de 1 de Dezembro de 2003: 2,00 % — Taxas de câmbio do euro	1
2003/C 293/02	Procedimento de informação — Regras técnicas ⁽¹⁾	2
2003/C 293/03	Auxílios estatais — Alemanha — Auxílio C 56/03 (ex NN 54/03) — Aquisição de terrenos junto da Aircraft Services Lemwerder — Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE ⁽¹⁾	5
	II <i>Actos preparatórios</i>	
	
	III <i>Informações</i>	
	Comissão	
2003/C 293/04	Alteração ao anúncio de concurso para a determinação da restituição à exportação de arroz branqueado de grãos médios e longos A para determinados países terceiros.....	9

I

(Comunicações)

COMISSÃO

Taxa de juro aplicada pelo Banco Central Europeu às suas principais operações de refinanciamento a partir de 1 de Dezembro de 2003: 2,00 % ⁽¹⁾

Taxas de câmbio do euro ⁽²⁾**2 de Dezembro de 2003**

(2003/C 293/01)

1 euro =

Moeda	Taxas de câmbio	Moeda	Taxas de câmbio		
USD	dólar americano	1,1975	LVL	lats	0,6547
JPY	iene	130,86	MTL	lira maltesa	0,4287
DKK	coroa dinamarquesa	7,4415	PLN	zloti	4,6722
GBP	libra esterlina	0,69585	ROL	leu	40 172
SEK	coroa sueca	9,0117	SIT	tolar	236,415
CHF	franco suíço	1,5552	SKK	coroa eslovaca	41,2
ISK	coroa islandesa	89,40	TRL	lira turca	1 746 628
NOK	coroa norueguesa	8,1635	AUD	dólar australiano	1,6444
BGN	lev	1,9532	CAD	dólar canadiano	1,5636
CYP	libra cipriota	0,58387	HKD	dólar de Hong Kong	9,2951
CZK	coroa checa	32,456	NZD	dólar neozelandês	1,8606
EEK	coroa estoniana	15,6466	SGD	dólar de Singapura	2,062
HUF	forint	273,92	KRW	won sul-coreano	1 431,49
LTL	litas	3,4524	ZAR	rand	7,6573

⁽¹⁾ Taxa aplicada a operação mais recente realizada antes da data indicada. No caso de leilão de taxa variável, a taxa de juro é a taxa marginal.

⁽²⁾ Fonte: Taxas de câmbio de referência publicadas pelo Banco Central Europeu.

Procedimento de informação — Regras técnicas

(2003/C 293/02)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Directiva 98/34/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Junho de 1998, relativa a um procedimento de informação no domínio das normas e regulamentações técnicas e das regras relativas aos serviços da sociedade da informação (JO L 204 de 21.7.1998, p. 37; JO L 217 de 5.8.1998, p. 20).

Notificações de projectos nacionais de regras técnicas recebidas pela Comissão

Referência ⁽¹⁾	Título	Fim do prazo de três meses do <i>status quo</i> ⁽²⁾
2003/406/NL	Regulamento relativo a requisitos adicionais para material pirotécnico, de 2004	2.2.2004
2003/416/L	Projecto de regulamento grão-ducal que fixa os requisitos gerais aplicáveis às instalações do sector agrícola pertencentes à classe 4 em matéria de instalações classificadas	20.2.2004
2003/417/A	Alteração da acção especial que incentiva a troca de caldeiras de aquecimento e a ligação à rede de aquecimento urbano, adoptada nos termos do artigo 55.º da Lei dos regimes de incentivo à habitação da Baixa Áustria (NÖ WFG), em conjugação com o artigo 9.º do Decreto relativo aos regimes de incentivo à habitação da Baixa Áustria, de 1990, em 29 de Setembro de 1998 e prorrogada pela última vez em 19 de Março de 2002	⁽⁴⁾
2003/418/A	Alteração às directrizes que foram objecto de deliberação em 18 de Dezembro de 2001, com a última redacção que lhes foi dada em 10 de Setembro de 2002, relativas a uma acção especial no âmbito da construção de casa própria «modelo de concessão de apoios EH-NEU», nos termos do artigo 55.º da Lei de Fomento à Habitação da Baixa Áustria, em conjugação com o artigo 9.º do decreto da Baixa Áustria relativo à concessão de apoios à habitação, de 1990	⁽⁴⁾
2003/419/A	Lei que altera a lei do funcionamento das empresas de fiacres e de veículos de aluguer puxados a cavalo (Lei dos fiacres e dos veículos de aluguer puxados a cavalo)	23.2.2004
2003/420/A	Convénio dos Estados Federados, nos termos do capítulo 15a da Constituição Federal, relativo à harmonização das normas técnicas de construção	23.2.2004

⁽¹⁾ Ano — Número de registo — Estado-Membro.

⁽²⁾ Período durante o qual o projecto não pode ser adoptado.

⁽³⁾ Não há *status quo* devido à aceitação, pela Comissão, da fundamentação da urgência invocada pelo Estado-Membro autor.

⁽⁴⁾ Não há *status quo*, porque se trata de especificações técnicas ou outras exigências ou regras dos serviços ligadas a medidas fiscais ou financeiras, na acepção do ponto 11, terceiro travessão do segundo parágrafo, do artigo 1.º da Directiva 98/34/CE.

⁽⁵⁾ Encerramento do procedimento de informação.

A Comissão chama a atenção para o acórdão «CIA Security», proferido em 30 de Abril de 1996 no processo C-194/94 (Col. 1996, p. I-2201), nos termos do qual o Tribunal de Justiça considera que os artigos 8.º e 9.º da Directiva 98/34/CE (então 83/189/CEE) devem ser interpretados no sentido de os particulares poderem invocá-los junto do juiz nacional, ao qual compete recusar a aplicação de uma norma técnica nacional que não tenha sido notificada nos termos da directiva.

Este acórdão confirma a comunicação da Comissão de 1 de Outubro de 1986 (JO C 245 de 1.10.1986, p. 4).

Assim, o desconhecimento da obrigação de notificação implica a inaplicabilidade das normas técnicas em causa, tornando-as inaplicáveis aos particulares.

Para obter mais informações sobre o procedimento de notificação contactar:

Comissão Europeia

DG Empresas, Unidade F1

B-1049 Bruxelas

E-mail: Dir83-189-Central@cec.eu.int

Consultar também o *website*: <http://europa.eu.int/comm/enterprise/tris/>

Para eventuais informações sobre estas notificações dirigir-se aos serviços nacionais cuja lista figura a seguir:

LISTA DE DEPARTAMENTOS NACIONAIS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DA DIRECTIVA 98/34/CE

BÉLGICA

BELNotif

Qualité et Sécurité

SPF Economie, PME, Classes moyennes et Énergie

NG III – 4^e étage

Boulevard du Roi Albert II, 16

B-1000 Bruxelles

Site: <http://www.mineco.fgov.be>

Ms P. Descamps

Tel. (32-2) 206 46 89

Fax (32-2) 206 57 46

E-mail: belnotif@mineco.fgov.be**DINAMARCA***Erhvervs- og Boligstyrelsen*

Dahlerups Pakhus

Langelinie Allé 17

DK-2100 København Ø

Site: <http://www.ebst.dk>

Ms Laila Østergren

Tel. (45) 35 46 66 89 (directo)

Fax (45) 35 46 62 03

E-mail: Ms Laila Østergren: loe@ebst.dkMrs Birgitte Spühler Hansen: bsh@ebst.dkCaixa de correio comum para mensagens de notificação:
noti@ebst.dk**ALEMANHA***Bundesministerium für Wirtschaft und Arbeit*

Referat XA2

Scharnhorststraße 34—37

D-10115 Berlin

Site: <http://www.bmwa.bund.de>

Ms Christina Jäckel

Tel. (49) 30 20 14 63 53

Fax (49) 30 20 14 53 79

E-mail: infonorm@bmwa.bund.de**GRÉCIA***Ministry of Development**General Secretariat of Industry*

Michalacopoulou 80

GR-115 28 Athens

Tel. (30-210) 778 17 31

Fax (30-210) 779 88 90

ELOT

Acharon 313

GR-111 45 Athens

Mr E. Melagrakis

Tel. (30-210) 212 03 00

Fax (30-210) 228 62 19

E-mail: 83189in@elot.gr**ESPAÑA***Ministerio de Asuntos Exteriores**Secretaría de Estado de Asuntos Europeos**Dirección General de Coordinación del Mercado Interior y otras**Políticas Comunitarias**Subdirección General de Asuntos Industriales, Energéticos, de Transportes y Comunicaciones y de Medio Ambiente*Padilla, 46, Planta 2^a, Despacho: 6276

E-28006 Madrid

Ms Esther Pérez Peláez

Tel. (34) 913 79 84 64

Fax (34) 913 79 84 01

E-mail: d83-189@ue.mae.es**FRANÇA***Direction générale de l'industrie, des technologies de l'information et des postes (DiGITIP)**Service des politiques d'innovation et de compétitivité (SPIC)**Sous-direction de la normalisation, de la qualité et de la propriété industrielle (SQUALPI)*

DiGITIP 5

12, rue Villiot

F-75572 Paris Cedex 12

Ms Suzanne Piau

Tel. (33) 153 44 97 04

Fax (33) 153 44 98 88

E-mail: suzanne.piau@industrie.gouv.fr

Ms Françoise Ouvrard

Tel. (33) 153 44 97 05

Fax (33) 153 44 98 88

E-mail: francoise.ouvrard@industrie.gouv.fr**IRLANDA**

NSAI

Glasnevin

Dublin 9

Ireland

Mr Tony Losty

Tel. (353-1) 807 38 80

Fax (353-1) 807 38 38

E-mail: lostyt@nsai.ie**ITÁLIA***Ministero delle Attività produttive**Direzione generale per lo Sviluppo produttivo e la competitività**Ispettorato tecnico dell'industria — Ufficio F1*

Via Molise 2

I-00187 Roma

Site: <http://www.minindustria.it>

Mr V. Correggia

Tel. (39) 06 47 05 22 05

Fax (39) 06 47 88 78 05

E-mail: vincenzo.correggia@minindustria.it

Mr E. Castiglioni

Tel. (39) 06 47 05 26 69

Fax (39) 06 47 88 77 48

E-mail: enrico.castiglioni@minindustria.it**LUXEMBURGO***SEE — Service de l'Énergie de l'État*

34, avenue de la Porte-Neuve

BP 10

L-2010 Luxembourg

Mr J. P. Hoffmann

Tel. (352) 469 74 61

Fax (352) 22 25 24

E-mail: see.direction@eg.etat.lu

PAÍSES BAIXOS

Ministerie van Financiën
Belastingdienst/Douane Noord
Team bijzondere klantbehandeling
Centrale Dienst voor In- en uitvoer
Engelse Kamp 2
Postbus 30003
9700 RD Groningen
Nederland

Mr Ebel Van der Heide
Tel. (31-50) 523 21 34

Ms Hennie Boekema
Tel. (31-50) 523 21 35

Ms Tineke Elzer
Tel. (31-50) 523 21 33

Fax (31-50) 523 21 59

E-mail geral: Enquiry.Point@tiscali-business.nl
Enquiry.Point2@tiscali-business.nl

ÁUSTRIA

Bundesministerium für Wirtschaft und Arbeit
Abteilung C2/1
Stubenring 1
A-1010 Wien

Site: <http://www.bmwa.gv.at>

Ms Brigitte Wikgolm
Tel. (43-1) 711 00 58 96
Fax (43-1) 715 96 51 ou (43-1) 712 06 80
E-mail: post@tbt.bmwa.gv.at

PORTUGAL

Instituto Português da Qualidade
Rua António Gião, 2
P-2829-513 Caparica

Site: <http://www.ipq.pt>

Miranda Ondina
Tel. (351) 21 294 82 36 ou (351) 21 294 81 00
Fax (351) 21 294 82 23
E-mail: MOn dina@mail.ipq.pt
E-mail geral: dir83189@mail.ipq.pt

FINLÂNDIA

Kauppa- ja teollisuusministeriö
Endereço para visitantes: Aleksanterinkatu 4
FIN-00171 Helsink
e
Katakatu 3
FIN-00120 Helsink

Endereço para o correio:
PO Box 32
FIN-00023 Valtioneuvosto
Site: <http://www.ktm.fi>

Ms Heli Malinen
Tel. (358-9) 16 06 36 27
Fax (358-9) 16 06 46 22
E-mail: heli.malinen@ktm.fi

Mr Katri Amper
E-mail geral: maaraykset.tekniset@ktm.fi

SUÉCIA

Kommerskollegium (National Board of Trade)
Box 6803
Drottningatan 89
S-113 86 Stockholm

Site: <http://www.kommers.se>

Ms Kerstin Carlsson
Tel. (46-8) 690 48 82 ou (46-8) 690 48 00
Fax (46-8) 690 48 40 ou (46-8) 30 67 59
E-mail: kerstin.carlsson@kommers.se
E-mail geral: 9834@kommers.se

REINO UNIDO

Department of Trade and Industry
Standards and Technical Regulations Directorate 2
Bay 327
151 Buckingham Palace Road
London SW1 W 9SS
United Kingdom

Site: <http://www.dti.gov.uk/strd>

Mr Philip Plumb
Tel. (44) 207 215 15 64 ou (44) 207 215 14 88
Fax (44) 207 215 15 29
E-mail: philip.plumb@dti.gsi.gov.uk
E-mail geral: 98-34@dti.gov.uk

Orgão de Fiscalização da EFTA

EFTA Surveillance Authority
Rue de Trèves/Trierstraat 74
B-1040 Bruxelles
Site: <http://www.eftasurv.int>

Mr Gunnar Thor Petursson
Tel. (32-2) 286 18 71
Fax (32-2) 286 18 00
E-mail: DRAFTTECHREGESA@eftasurv.int

EFTA
Goods Unit
EFTA Secretariat
Rue de Trèves/Trierstraat 74
B-1040 Bruxelles

Site: <http://www.efta.int>

Ms Kathleen Byrne
Tel. (32-2) 286 17 34
Fax (32-2) 286 17 42
E-mail: DRAFTTECHREGEFETA@efta.int
kathleen.byrne@efta.int

TURQUIA

Undersecretariat of Foreign Trade
General Directorate of Standardisation for Foreign Trade
Inönü Bulvarı — Emek — Ankara

Site: <http://www.dtm.gov.tr>

Mr Saadettin Doğan
Tel. (90-312) 212 88 00 ou (90-312) 212 20 44
(90-312) 212 88 00 ou (90-312) 212 25 65
Fax (90-312) 212 87 68
E-mail: dtsabbil@dtm.gov.tr

AUXÍLIOS ESTATAIS — ALEMANHA**Auxílio C 56/03 (ex NN 54/03) — Aquisição de terrenos junto da Aircraft Services Lemwerder****Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE**

(2003/C 293/03)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Por carta de 17 de Setembro de 2003, publicada na língua que faz fé a seguir ao presente resumo, a Comissão notificou à Alemanha a sua decisão de dar início ao procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE relativamente ao auxílio acima mencionado.

As partes interessadas podem apresentar as suas observações relativamente ao auxílio em relação ao qual a Comissão deu início ao procedimento no prazo de um mês a contar da data de publicação do presente resumo e da carta, enviando-as para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Direcção G
B-1049 Bruxelas
Fax (32-2) 296 12 42.

Estas observações serão comunicadas à Alemanha. Qualquer interessado que apresente observações pode solicitar por escrito o tratamento confidencial da sua identidade, devendo justificar o pedido.

RESUMO

A ASL (Lemwerder, Baixa Saxónia, perto de Bremen) presta serviços a aeronaves, por exemplo, serviços de manutenção. Tem cerca de 700 trabalhadores e um volume de negócios anual de 48 milhões de euros.

Em 2000 e 2001, o município adquiriu cerca de 28 hectares de terrenos de que a ASL Lemwerder não necessitava por um montante de cerca de [2-3 milhões de euros] (*). Segundo as Autoridades alemãs, este preço inclui um desconto de volume. Contudo, a Comissão tem dúvidas quanto ao facto de este preço reflectir o valor de mercado. Afigura-se que dois factores não foram tomados em consideração. Em primeiro lugar, uma parte do terreno será necessária para infra-estruturas. Em segundo lugar, um promotor imobiliário apenas poderia esperar vender o terreno ao longo de um período de vários anos; qualquer comprador interessado em toda a parcela negociaria um desconto de volume correspondente. Tal implica que o valor do terreno vazio seria significativamente inferior ao preço pago pelas autoridades.

A Comissão tem dúvidas quanto ao facto de um eventual auxílio concedido no âmbito da transacção do terreno ser compatível com o mercado comum. A venda do terreno não é acompanhada, por exemplo, de quaisquer investimentos ou condições de reestruturação e, segundo a Alemanha, a empresa não se encontrava em dificuldades. Além disso, a decisão anterior da Comissão relativa a auxílios a favor da ASL aprovou

os auxílios mediante a condição de as autoridades não concederem auxílios *ad-hoc* durante um período de cinco anos.

TEXTO DA CARTA

«Die Kommission teilt den deutschen Behörden mit, dass sie nach Prüfung der von Ihnen zu dem erwähnten Landerwerb vorgelegten Informationen beschlossen hat, ein Verfahren nach Artikel 88 Absatz 2 EGV zu eröffnen.

1. VERFAHREN

Der Kommission liegt eine Beschwerde in Bezug auf ein Immobiliengeschäft zwischen der Gemeinde Lemwerder und der Aircraft Services Lemwerder (nachstehend ASL) vor, wonach dieser Erwerb ein Beihilfeelement zugunsten von ASL enthalten solle. Die Kommission erbat mit Schreiben vom 30.1.2003 zusätzliche Informationen von den deutschen Behörden. Diese ersuchten mit Schreiben vom 21.2.2003 um eine Verlängerung der Frist zur Beantwortung, die mit Schreiben vom 27.2.2003 gewährt wurde. Die deutschen Behörden legten ihre Antwort mit Schreiben vom 18.3.2003 vor.

2. EINZELHEITEN DES VORGANGS

ASL (im niedersächsischen Lemwerder in der Nähe von Bremen gelegen) erbringt Dienstleistungen wie z. B. Wartung für Luftfahrzeuge. Es erwirtschaftet mit rund 700 Beschäftigten einen jährlichen Umsatz von rund 48 Mio. EUR. Bis im Jahr 1993 war ASL Bestandteil von DASA. Als DASA das Werk stilllegen

(*) O valor exacto é confidencial.

wollte, ergriff das Land Niedersachsen Maßnahmen zur Rettung von ASL. Diesen Maßnahmen stimmte die Kommission am 12.3.1997 zu ⁽¹⁾.

Die Gemeinde kaufte folgende Grundstücke, die von ASL Lemwerder nicht benötigt wurden.

Datum	Grundstück	Fläche (m ²)	Preis/m ² (DEM/EUR)	Gesamtpreis (DEM/EUR)
28.6.2000	West und Mitte	241 643 (97 828 & 143 815)	[. . .] (*)	[. . .]
16.8.2001	Süd	37 328	1,50/0,77	55 992/ 28 628

(*) Geschäftsgeheimnis.

Laut deutschen Behörden ist in dem Preis ein Mengenrabatt enthalten.

Die Behörden wollten die Grundstücke „West“ und „Mitte“ entwickeln und als Industriegebiet verkaufen. Es scheint, dass sie keine ähnlichen Pläne haben für „Süd“. Die Erschließung des Grundstücks „West“ erforderte folgende Kosten:

Kosten	EUR
Entmunitionierung	139 380
Beseitigung — Deponierung von Altablagerungen	109 720
Erschließung	629 945
Ausgleichsmaßnahmen	68 515
Planung/Gutachten	51 005
Städtebauliche Planung	56 755
Kaufm. Projektsteuerung	120 155
Vermarktung	128 435
Vorfinanzierung	51 130
Insgesamt	1 355 040

Wegen der unerwarteten Munitionsentsorgung, rechtlicher Schwierigkeiten im Zusammenhang mit den Weserdeichen und der Denkmalpflege nahmen die Entwicklungsmaßnahmen und die Infrastrukturarbeiten mehr Zeit als geplant in Anspruch. Die Kosten zur Erschließung des Grundstücks „Mitte“ sollen um rund 10 % niedriger liegen, da hierbei keine Munitionsentsorgung anfallen wird.

Laut deutschen Behörden ging die Gemeinde Lemwerder davon aus, dass sie letzten Endes, nach Errichtung der notwendigen

Infrastruktur, die Grundstücke West und Mitte zu einem Preis von ca. [. . .] EUR/m² veräußern können würde. Dieser relativ hohe Preis erkläre sich aus der Qualität des Standorts, der neben dem Flugplatz von ASL gelegen ist, dem direkten Anschluss an das Eisenbahnnetz und Möglichkeiten zur Nutzung der Hafenanlagen von ASL an der Weser. Diese Vorzüge wurden in einer Stellungnahme anerkannt, die von der Investitionsfördergesellschaft des Landes Niedersachsen im Oktober 1999 erstellt wurde.

Nach Aussage der deutschen Behörden wurden zwischen 1999 und 2002 im benachbarten Edenbüttel Grundstücke für 20,45 EUR/m² verkauft, bei denen jedoch der Zugang über Schiene, Luft und Wasser schwieriger war. Hierbei handelte es sich um kleine Einzelgrundstücke von bis zu 5 000 m².

Die deutschen Behörden haben zwei weitere Bewertungen für nördlich von ASL gelegene Grundstücke vorgelegt, die einen vergleichbaren Wert haben sollen. Die erste Bewertung wurde am 16.8.2001 vom Katasteramt Brake vorgenommen und gelangt zu einem Wert von [. . .] EUR je m². Die zweite Bewertung wurde von einem Architektur- und Ingenieurbüro am 6.6.2001 erstellt und hat einen Wert für das gleiche Grundstück von [. . .] EUR je m² ermittelt. Dieser höhere Betrag ergibt sich aus der Bezugnahme auf vergleichbare Preise, die bei Grundstücksverkäufen durch den Konkursverwalter der Vulkan-Werft bis 12.12.2000 erzielt wurden.

Zur Entwicklung des Grundstücks „West“ soll die Gemeinde eine Beihilfe von 562 200 EUR (zu 50 % kofinanziert durch EFRE-Zielstellung 2) erhalten haben und aus eigenen Mitteln einen Betrag von 132 125 EUR bereitstellen. Der Verkaufserlös wurde mit [. . .] Mio. EUR angegeben.

Die Gemeinde Lemwerder und die niedersächsische Entwicklungsgesellschaft NILEG zielen in erster Linie auf die Luftfahrtindustrie ab, haben jedoch in Bezug auf potenzielle Käufer keine Beschränkung vorgesehen. Im Jahr 2000 brach der Grundstücksmarkt zusammen. Seit der zweiten Hälfte des Jahres 2002 hat sich die Nachfrage nach dieser Art Grundstück belebt, bisher wurde noch kein Land verkauft.

Im Zeitraum 1997 bis 2000 erhielt ASL weitere Beihilfen von 216 612 EUR aus der Gemeinschaftsaufgabe „Verbesserung der regionalen Wirtschaftsstruktur“ — Programmteil 1997.

3. BEWERTUNG

Gemäß Artikel 6 der Verordnung (EG) Nr. 659/1999 über besondere Vorschriften für die Anwendung von Artikel 93 des EG-Vertrags ⁽²⁾ hat die Kommission in ihrem Beschluss zur Einleitung eines förmlichen Untersuchungsverfahrens eine vorläufige Bewertung des Beihilfecharakters der vorgesehenen Maßnahme vorzunehmen und ihre Bedenken hinsichtlich der Vereinbarkeit mit dem Gemeinsamen Markt darzulegen.

⁽¹⁾ C 32/95 DE, ABl. L 306 vom 11.11.1997.

⁽²⁾ ABl. C 209 vom 10.7.1997, S. 3.

3.1. Vorliegen Staatlicher Beihilfen

Die Mitteilung der Kommission über Elemente staatlicher Beihilfen bei Verkäufen von Grundstücken und Bauten durch die öffentliche Hand (?) bezieht sich in erster Linie auf Verkäufe von Grundstücken und Gebäuden durch öffentliche Einrichtungen an Unternehmen und nicht umgekehrt. In Anwendung der gleichen Grundsätze kommt die Kommission zu dem Ergebnis, dass staatliche Beihilfen zugunsten von ASL vorliegen, falls die Gemeinde einen Preis oberhalb des Marktwertes gezahlt hat. Hierbei würde es sich zugunsten der verkaufenden Partei um einen aus staatlichen Mitteln finanzierten eindeutigen Vorteil handeln. Der Handel zwischen Mitgliedstaaten wäre beeinträchtigt, da die Dienste von ASL im Wettbewerb mit anderen Anbietern in Europa erbracht werden.

Die deutschen Behörden haben aus verschiedenen Quellen Information zum Wert des Grundstücks nach Entwicklung gegeben. Das Grundstück wurde jedoch als unerschlossenes und unentwickeltes Land verkauft, und ASL oder ein privater Käufer würde erhebliche Beträge investieren müssen, um es als erschlossenes Grundstück verkaufen zu können. Folglich muss der Marktwert vor Erschließung niedriger sein.

Um das Vorliegen einer Beihilfe ermitteln zu können, muss die Kommission die Vorgehensweise der Gemeinde mit der eines Privatinvestors vergleichen. Ein privater Investor würde einen Preis bezahlen, der nicht höher ist als der Unterschied zwischen dem Marktwert und den Kosten für die Erschließung und Entwicklung unter Berücksichtigung möglicher Beihilfen. Dies lässt sich mit folgender Formel ausdrücken:

$$MW(\text{vor}) = MW(\text{nach}) - (K-B)$$

Wobei:

- MW(vor) der geschätzte Marktwert vor der Erschließung,
- MW(nach) der erwartete Verkaufswert des Grundstücks nach der Erschließung,
- K die Kosten für die Erschließung des Landes, inbegriffen eine angemessene Gewinnspanne,
- B die Beihilfe ist, von der ein privater Erschließer ausgehen kann.

Verkaufswert des erschlossenen Grundstücks (MW(nach))

Nach Aussage der deutschen Behörden ging die Gemeinde zum Zeitpunkt des Erwerbs davon aus, dass sie das erschlossene Grundstück „am Ende“ für [...] EUR je m² würde verkaufen können, wobei dieser Annahme Erfahrungen in der Vergangenheit zugrunde lagen. Die Bewertungen des Katasteramtes Brake und des Architektur- und Ingenieurbüros wurden nach dem Verkauf von „West“ und „Mitte“ vorgenommen. Hierbei haben sich sehr unterschiedliche Beträge von [...] EUR und [...] EUR je m² ergeben. Angesichts der Gegebenheiten dieses Grundstücks und des Zeitpunkts des Verkaufs hat die Kommissi-

on Zweifel, ob die Verkäufe durch den Konkursverwalter der Vulkan-Werft als Vergleich herangezogen werden können. Hinsichtlich des Vergleiches mit den Preisen im benachbarten Edenbüttel ist zu bemerken, dass sie einen Zeitraum betreffen, der teilweise vor dem Datum dieses Landerwerbs liegt. Die Kommission hat deshalb Zweifel hinsichtlich des zum Zeitpunkt des Erwerbs anzugebenden Wertes des Grundstücks, nimmt jedoch an, dass einem realistischen Wertansatz ein Preis von [...] EUR je m² entsprechen könnte, wie er von den deutschen Behörden zuerst genannt wurde, und nicht der in dem Bericht des Architektur- und Ingenieurbüros genannte höhere Wert.

Um den aktuellen Nettoverkaufswert des Grundstücks zu errechnen, müssen zwei weitere Faktoren berücksichtigt werden.

(1) Der Preis von [...] EUR bezieht sich offenbar auf relativ kleine Grundstücke. Ein privater Verkäufer würde deshalb nicht erwarten, das Land in Einem verkaufen zu können, sondern den Verkauf über mehrere Jahre verteilen zu müssen. Dies ergibt jedoch einen wesentlich niedrigeren Gegenwartswert. Ein Käufer, der daran interessiert wäre, das gesamte Grundstück zu erwerben, würde einen Mengenrabatt auszuhandeln suchen, da er wüsste, dass ein Gesamterwerb für den Verkäufer einen erheblichen Vorteil darstellt.

(2) Das für die Infrastruktur benötigte Land wird nicht verkauft (?).

Sollte das gesamte Land zu einem Preis von [...] EUR/m² verkauft werden, würde der Gesamtwert der Grundstücke „West“ und „Mitte“ zusammen einen Betrag von [...] EUR \times 241,64 = [...] EUR ergeben. Aus den vorstehenden Gründen geht die Kommission jedoch von einem wesentlich niedrigeren Gegenwartswert aus.

Überdies, aus folgenden weiteren Gründen, ist es auch zu bezweifeln, dass ein Privatinvestor dieses Land überhaupt erschlossen hätte. Er hätte nicht nur die Preishöhe, sondern auch die Marktlage in der direkten Nachbarschaft von ASL berücksichtigt. Die Kommission weiß zum Beispiel nicht, wie viel Gewerbefläche in der Gemeinde zum Zeitpunkt des Landerwerbs verfügbar war. Die Erschließung dieses Grundstücks hat das Gesamtangebot vergrößert, was die Preise gedrückt haben könnte. Aus diesem Grund hätte ein Privatinvestor das Land vielleicht nicht gekauft, selbst wenn die verfügbaren Flächen schlechtere Infrastrukturbedingungen haben würden als das Land von ASL.

Geschätzte Kosten (K)

Wie bereits erwähnt, beliefen sich die Kosten für die Entwicklung des Grundstücks „West“ auf 1 355 040 EUR. Wenn man ähnliche Kosten je m² zugrunde legt, ergibt sich ohne die Kosten für die Munitionsentsorgung für den Grundstücksteil „Mitte“ ein Betrag von 1 787 118 EUR. Die Kosten für die Erschließung beider Teile würden somit 3 142 158 EUR betragen.

(³) In dem Fall C 11/99 Beihilfen zugunsten von SCI (Abl. 86 vom 7.7.2001, S. 43) wurde davon ausgegangen, dass ein Grundstücksanteil von 25 % für die Infrastruktur benötigt wird. Dieser Fall betraf ein ähnlich großes Grundstück wie die Grundstücksteile „West“ und „Mitte“ zusammengenommen.

Die Beihilfe (B)

Die Gemeinde hat einen Teil der Kosten durch einen Zuschuss finanziert ⁽⁴⁾. Die Kommission bezweifelt, dass ein Privatinvestor ähnliche Beihilfen erhalten würde. Die anwendbare Obergrenze für Beihilfen in der Region beträgt 18 % brutto, die Erschließung von Land könnte jedoch nicht der Definition einer Erstinvestition in den Leitlinien für Regionalbeihilfen entsprechen ⁽⁵⁾.

Schlussfolgerung zum Wert des nichterschlossenen Landes

Wie bereits erwähnt, würde der Wert des unerschlossenen Landes dem gegenwärtigen Nettoverkaufswert des erschlossenen Landes abzüglich Erschließungskosten entsprechen. Die Kommission hat den gegenwärtigen Nettoverkaufswert des erschlossenen Landes wesentlich niedriger mit [...] EUR angesetzt. Die Kosten könnten 3 142 158 EUR betragen. Hinzu kommt, dass im Gegensatz zur Gemeinde Lemwerder ein Privatinvestor keine Beihilfe empfangen könnte. Anhand dieser Zahlen bezweifelt die Kommission deshalb, dass der für das Land gezahlte Preis von [...] EUR dem Marktwert entspricht. Selbst wenn für die Infrastruktur nur ein relativ kleiner Anteil erforderlich würde, wenn ein relativ großer Teil des Landes jährlich verkauft würde und wenn die Kosten für die Erschließung des Grundstücks „Mitte“ niedriger wären als für das Grundstück „West“, würde der Preis höher wie der Marktwert sein und deshalb wäre von einem Beihilfeelement zugunsten von ASL auszugehen.

Bei dem für das Grundstück „Süd“ gezahlten Preis handelt es sich offenbar um einen symbolischen Preis. Die deutschen Behörden haben keine Begründung für den Erwerb dieses Geländes gegeben. Dieser Vorgang könnte deshalb ein weiteres Beihilfeelement enthalten. Die übrigen Investitionsbeihilfen könn-

ten im Rahmen genehmigter Regelungen gewährt sein, was jedoch zu überprüfen wäre.

3.2. Vereinbarkeit

Die Kommission bezweifelt, dass mögliche Beihilfeelemente in den Landerwerbsgeschäften mit dem Gemeinsamen Markt zu vereinbaren wären. Sie scheinen nicht mit irgendeinigen Auflagen gegenüber der begünstigten Partei, wie z. B. Investitionsmaßnahmen, verbunden zu sein. Solche Beihilfen würden deshalb Betriebsbeihilfen darstellen, die gewöhnlich besonders wettbewerbsverzerrende Beihilfen sind. Es scheint, dass mit den Beihilfen kein Umstrukturierungsplan verbunden ist; außerdem handelt es sich laut deutschen Behörden nicht um ein Unternehmen in Schwierigkeiten. Mit der Entscheidung des Jahres 1997 betreffend ASL wurden die Beihilfen unter der Voraussetzung genehmigt, dass die Behörden für einen Zeitraum von fünf Jahren keine Ad-hoc-Beihilfen gewähren. Mögliche Beihilfen für dieses Grundstücksgeschäft wären jedoch innerhalb dieses Fünfjahreszeitraums gewährt worden.

4. SCHLUSSFOLGERUNG

Unter diesen Voraussetzungen ersucht die Kommission gemäß Artikel 88(2) EGV die deutschen Behörden, binnen einem Monat vom Datum des Empfangs dieses Schreibens an ihre Bemerkungen vorzutragen und sämtliche Informationen zu unterbreiten, die zur Bewertung dieser Maßnahme erforderlich sind. Sie werden ferner ersucht, eine Kopie dieses Schreibens unverzüglich an ASL weiterzuleiten.

Die deutschen Behörden seien daran erinnert, dass Artikel 88(3) EGV aufschiebende Wirkung hat, und dass gemäß Artikel 14 der Verordnung (EG) Nr. 659/1999 des Rates unrechtmäßig geforderte Beihilfen vom Begünstigten zurückzufordern sind.»

⁽⁴⁾ Die Gemeinde hat einen anderen Teil der Kosten aus eigenen Mitteln aufgebracht. Es ist unwahrscheinlich, dass ein privater Erschließer eigene Mittel ohne entsprechenden Gegenwert beigesteuert hätte. Für die Ermittlung des Wertes des unerschlossenen Grundstücks mag dies jedoch unerheblich sein.

⁽⁵⁾ ABl. C 74 vom 10.3.1998, S. 9.

III

(Informações)

COMISSÃO

Alteração ao anúncio de concurso para a determinação da restituição à exportação de arroz branqueado de grãos médios e longos A para determinados países terceiros

(2003/C 293/04)

(«Jornal Oficial da União Europeia» C 257 de 25 de Outubro de 2003)

Na página 11, no título I «Objecto», o texto do n.º 2 é substituído pelo texto seguinte:

- «2. A quantidade total que pode ser objecto de fixação da restituição máxima à exportação em conformidade com o n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento (CEE) n.º 584/75 da Comissão ⁽³⁾, com a última redacção, que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1948/2002 ⁽⁴⁾, é de cerca de 20 000 toneladas.»
-